

HABEAS CORPUS Nº 546.333 - GO (2019/0345841-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RICARDO SILVESTRE DA SILVA
ADVOGADO : RICARDO SILVESTRE DA SILVA - GO051375
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : LEANDRO ANTONELLE VICENTE DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE LATROCÍNIO E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA DURANTE TODA A INSTRUÇÃO. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR APÓS O ENCERRAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. FUNDAMENTO IDÔNEO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E REITERAÇÃO CRIMINOSA. RÉU REINCIDENTE. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.*

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEANDRO ANTONELLE VICENTE DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás na Apelação Criminal n.º 61604-66.2018.8.09.0175.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 21/05/2018, e condenado às penas de 28 (vinte e oito) anos de reclusão e 288 (duzentos e oitenta e oito) dias-multa, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes tipificados no art. 157, § 3º, do Código Penal e no art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, vedado o apelo em liberdade.

A condenação foi mantida pelo acórdão de apelação impugnado, que deu parcial provimento ao apelo defensivo para fixar a pena em 24 (vinte e quatro) anos de reclusão, no regime inicial fechado, consignado o seguinte (fl. 1.137):

"Inoportuno o pleito de concessão do direito de recorrer em liberdade, uma vez que os apelantes, além de responderem a toda instrução criminal presos, tiveram a manutenção de sua segregação fundamentada na permanência dos motivos ensejadores da prisão preventiva, revelando-se um contrassenso fraquear-lhes aguardar o trânsito em julgado em liberdade, mormente quando estabelecido o regime fechado para o início da expiação."

Defende o Impetrante, em suma, que (fl. 6):

"O nobre magistrado, ao deixar de conceder ao paciente o direito de recorrer em liberdade, não observou as recentes alterações introduzidas às normas do Código de Processo Penal, tendo em vista que não o considerou inocente até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória."

Busca assim (fl. 16):

"QUE SEJA RECONHECIDO O DIREITO DO PACIENTE EM RECORRER EM LIBERDADE, e, Conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal ADC 43, 44 e 55, consequentemente, expedido o competente Alvará de Soltura, tendo em vista que se trata de matéria exaustivamente decidida por nossos Tribunais Superiores e por questões de ordem pública."

Indeferi o pedido liminar às fls. 1.162-1.165.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 1.170-1.177.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 1.181-1.187, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, ressalto que a manutenção da prisão preventiva pelo acórdão impugnado ocorreu após o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n.º 43, 44 e 54, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, no sentido de que não é mais possível a execução provisória da pena.

No caso, a manutenção da prisão preventiva – que não se confunde com a prisão pena – continua podendo ser imposta antes do trânsito em julgado, já que apresentada fundamentação idônea e presentes os requisitos necessários para tanto.

O Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante do Paciente em prisão preventiva (fl. 82), com fundamento na garantia da ordem pública porque *"o crime cometido é de extrema gravidade, tendo resultado na morte da vítima"* e o indiciado *"possui uma condenação definitiva por crime contra o patrimônio (roubo), sendo, pois, reincidente."*

Ao proferir a sentença condenatória, o Juízo de primeiro grau vedou o apelo em liberdade ao Paciente e ao correu aduzindo o seguinte (fls. 217-218):

"Subsumindo minha conduta aos ditames transcritos do artigo 387 do sistema normativo processual penal com a nova redação

outorgada pela Lei Federal nº 12.736/2012, tendo em vista que subsistem os motivos ensejadores da prisão cautelar, recomendo os acusados LEANDRO ANTONELLI VICENTE DA SILVA e LLZIANE RAMOS DE SOUZA na prisão em que se encontram, vez que responderam ao processo, presos, o crime por eles cometido é de natureza grave. um deles ainda responde a outras ações penais por crimes contra o patrimônio (certidões de fls. 466-471). Assim, se colocados em liberdade, haverá reiteração criminosa, demonstrando, pois, que os réus não se sujeitam às determinações legais, subsistindo ainda os motivos ensejadores da prisão cautelar. qual seja, a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, nos termos do artigo 312, 313, inciso I e 387, todos do Código de Processo Penal."

Como é cediço, a manutenção da custódia cautelar no momento da sentença condenatória, nos casos em que o Acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal, não requer fundamentação exaustiva, sendo suficiente ao entendimento de que permanecem inalterados os motivos que levaram à decretação da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do Código de Processo Penal.

Exemplificativamente:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. CUSTÓDIA CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E FUGA DO DISTRITO DA CULPA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, antes da confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do periculum libertatis, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

2. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, 'o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta'.

3. Na hipótese, tem-se que a sentença reportou-se expressamente aos motivos que ensejaram a decretação da custódia cautelar, os quais autorizam devidamente a medida extrema de prisão, pois, na oportunidade, enfatizou o Juízo de primeira instância a necessidade de se acautelar a ordem pública e se assegurar a aplicação da lei penal, em razão da gravidade concreta da conduta – extraída do modus operandi

do crime de latrocínio, já que 'executado contra uma vítima idosa com pancadas na cabeça e na região do pescoço, golpes esses desferidos com um cambito de madeira e uma roçadeira' – e da fuga do distrito da culpa.

4. *Recurso improvido.*" (RHC 78.042/CE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017.)

Com efeito, o não reconhecimento do direito de apelar em liberdade deu-se em decisão suficientemente fundamentada, uma vez que a prisão preventiva foi decretada em consonância com os preceitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, pois a instância ordinária demonstrou a existência do crime e de indícios suficientes de autoria, bem como a necessidade da custódia cautelar como forma de garantir a ordem pública, evidenciada pela reiteração delitiva, pela gravidade concreta e pelo *modus operandi* do crime de latrocínio pelo qual o Réu foi condenado.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. LATROCÍNIO E CORRUPÇÃO DE MENOR. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA INSTRUÇÃO E FOI CONDENADO À PENA DE 30 ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. *O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.*

2. *A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.*

3. *No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo modus operandi empregado (o paciente, na companhia de outros 5 agentes e uma adolescente, com emprego de*

Superior Tribunal de Justiça

arma de fogo, monitorou a atividade bancária da vítima, para abordá-lo na saída e efetuar o assalto. Na sequência, houve troca de tiros e um policial militar foi morto pelo bando). A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

4. *É da jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal a orientação 'de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se persistentes os motivos para a manutenção da medida extrema' (HC n. 456.472/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018).*

5. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 505.891/PI, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019).

Outrossim, não há ofensa ao princípio da presunção de inocência quando a prisão preventiva é decretada com fundamento em indícios concretos de autoria e materialidade delitiva extraídos dos autos da ação penal, sobretudo no caso em apreço, no qual já foi proferida sentença condenatória, mantida em sede de apelação.

A manutenção da custódia preventiva após o encerramento da instância ordinária está em consonância com a jurisprudência da Corte Suprema, no sentido de que *"não há lógica em permitir que o réu, preso preventivamente durante toda a instrução criminal, aguarde em liberdade o trânsito em julgado da causa, se mantidos os motivos da segregação cautelar"* (HC 89.824/MS, PRIMEIRA TURMA, Rel. Ministro AYRES BRITTO, DJ de 28/08/2008).

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora